

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 6.

Quando o legal não é suficiente no mercado imobiliário

O mercado testa diariamente o limite entre cumprir a lei e agir com ética. Ética é um conceito elástico, pois o que pode ser considerado dentro das quatro linhas para um não seria regra para outro.

No setor imobiliário, tensões éticas nos levam a revisitar regras às quais todos estamos sujeitos. Acerca disso, a advogada Natália Japur reflete sobre o espaço que existe entre o que é legal e o que é ético.

A regulação do setor não nasce do acaso. Ela decorre da necessidade de ordenar relações econômicas complexas. O risco está quando essas normas perdem contato com a realidade praticada pelo mercado.

“A normatização deve ser clara e objetiva para conseguir regular o setor”, afirma Natália. Quando as normas se tornam obsoletas, convertem-se em obstáculo ou deixam de ser cumpridas.

O limite entre o legal e o ético é tênue. A depender da posição de quem analisa, uma mesma conduta pode ser justificada ou condenável. A função social da propriedade é exemplo dessa zona de tensão, que se manifesta em locação urbana, políticas habitacionais, desapropriações, incorporações e questões ambientais.

“É preciso reconhecer essa zona cinzenta e manter atenção aos objetivos da operação e aos seus efeitos”, orienta. Ir além da análise formal diferencia o profissional ético do operador oportunista.

Natália ressalta: “o imediatismo na obtenção de resultados e a fiscalização deficiente funcionam como vetores que impulsionam a flexibilização ou a quebra de princípios éticos”. O contraponto está na postura vigilante que vai além do formalismo legal. Não basta cumprir a letra da lei; é preciso observar a boa-fé objetiva e a transparência.

Criatividade jurídica não é flexibilização ética. A primeira estrutura soluções dentro da base legal, e a segunda é distorção. “O uso oportunista de brechas legais e o desvio de finalidade não configuram criatividade, mas distorção”, define Natália.

Natália elencou práticas inegociáveis: transparência com investidores e adquirentes, cumprimento rigoroso das etapas de aprovação, observância dos parâmetros urbanísticos e ambientais e relação ética com o poder público.

Ética se constrói ou se corrói nas decisões cotidianas. O setor tem estrutura, arcabouço legal e talentos profissionais. Precisa agora de uma cultura que coloque ética não como limite, mas como vantagem competitiva.

Internet: <exame.com> (com adaptações).

QUESTÃO 1



No trecho “Ética é um conceito elástico, pois o que pode ser considerado dentro das quatro linhas para um não seria regra para outro”, a expressão “dentro das quatro linhas” foi empregada para representar

- (A) os limites territoriais definidos para a atuação do mercado imobiliário.
- (B) as normas esportivas aplicadas objetivamente a diferentes contextos.
- (C) os parâmetros socialmente aceitos em determinada interpretação ética.
- (D) os critérios exclusivamente jurídicos previstos nos contratos privados.
- (E) as barreiras legais que eliminam as divergências de interpretação.

QUESTÃO 2



No contexto do trecho “A regulação do setor não nasce do acaso. Ela decorre da necessidade de ordenar relações econômicas complexas”, a forma verbal “decorre” foi empregada com sentido de

- (A) transcorrer ao longo do tempo.
- (B) originar-se de determinada causa.
- (C) tratar detalhadamente de um assunto.
- (D) percorrer diferentes etapas sucessivas.
- (E) memorizar informações previamente estabelecidas.

QUESTÃO 3



Assinale a opção que apresenta o emprego correto do sinal indicativo de crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Ele se referiu à um conjunto de práticas inegociáveis.
- (B) A advogada aludiu à normas que perderam contato com a realidade.
- (C) O setor imobiliário está sujeito à vários vetores de pressão.
- (D) A ética deve ser aplicada à cada situação de mercado.
- (E) O profissional deve atentar à transparência em suas relações.

QUESTÃO 4



Na construção “Quando as normas se tornam obsoletas, convertem-se em obstáculo ou deixam de ser cumpridas”, as formas verbais “tornam”, “convertem” e “deixam” estão no presente do indicativo. A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta a reescrita do período com a correta transposição para o pretérito imperfeito do indicativo.

- (A) Quando as normas se tornaram obsoletas, converteram-se em obstáculo ou deixaram de ser cumpridas.
- (B) Quando as normas se tornassem obsoletas, converter-se-iam em obstáculo ou deixariam de ser cumpridas.
- (C) Quando as normas se tornavam obsoletas, convertiam-se em obstáculo ou deixavam de ser cumpridas.
- (D) Quando as normas se tornariam obsoletas, converter-se-iam em obstáculo ou deixariam de ser cumpridas.
- (E) Quando as normas se tornem obsoletas, convertam-se em obstáculo ou deixem de ser cumpridas.

QUESTÃO 5



Assinale a opção que apresenta a reescrita do trecho “Criatividade jurídica não é flexibilização ética. A primeira estrutura soluções dentro da base legal, e a segunda é distorção”, sem prejuízo do sentido original do período.

- (A) A criatividade jurídica estrutura soluções dentro da base legal e difere da flexibilização ética, que constitui uma distorção.
- (B) Criatividade jurídica e flexibilização ética são conceitos equivalentes, embora a primeira organize soluções legais e a segunda produza distorções.
- (C) Não obstante a criatividade jurídica estrutura soluções dentro da base legal, a flexibilização ética também pode ser considerada uma forma de criatividade.
- (D) A flexibilização ética, por ser uma distorção, é preferível à criatividade jurídica, que se limita à base legal.
- (E) Tanto a criatividade jurídica quanto a flexibilização ética estruturam soluções dentro da base legal, sendo a segunda uma distorção do sistema.

QUESTÃO 6



Com base no período “Natália ressalta: o imediatismo na obtenção de resultados e a fiscalização deficiente funcionam como vetores que impulsionam a flexibilização ou a quebra de princípios éticos”, assinale a opção que apresenta a justificativa correta para o emprego dos dois-pontos.

- (A) Os dois-pontos introduzem uma enumeração de elementos que compõem a ideia anterior.
- (B) Os dois-pontos marcam uma pausa de caráter estilístico, equivalente a um ponto final.
- (C) Os dois-pontos substituem a conjunção “portanto”, indicando a conclusão do raciocínio.
- (D) Os dois-pontos introduzem o conteúdo da declaração atribuída a Natália.
- (E) Os dois-pontos separam orações coordenadas de natureza adversativa.

QUESTÃO 7



O professor André passou uma lista com 30 questões de exercícios para uma turma de 20 alunos. A quantidade de questões resolvidas por cada aluno, registrada em ordem aleatória, foi: 30; 18; 22; 15; 21; 25; 17; 28; 19; 20; 23; 16; 21; 24; 14; 26; 18; 22; 29; e 20.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a mediana da quantidade de questões resolvidas pelos alunos.

- (A) 19
- (B) 20
- (C) 21
- (D) 22
- (E) 23

QUESTÃO 8



Júlio completou uma meia maratona de 21 km em 1 hora e 45 minutos.

Com base nessa situação hipotética e supondo-se que ele tenha mantido velocidade constante durante toda a corrida, assinale a opção que apresenta a distância percorrida por Júlio nos primeiros 42 minutos.

- (A) 8,0 km
- (B) 8,4 km
- (C) 9,0 km
- (D) 10,2 km
- (E) 10,6 km

QUESTÃO 9



João mediu, durante 15 dias, a altura de um pé de feijão. Ele observou que, ao final do 4º dia, o pé de feijão media 14 cm e, ao final do 10º dia, media 32 cm.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se que as alturas registradas ao final de cada dia formam uma progressão aritmética, assinale a opção que apresenta a altura do pé de feijão no último dia de medição.

- (A) 38 cm
- (B) 41 cm
- (C) 44 cm
- (D) 47 cm
- (E) 50 cm

QUESTÃO 10



Em uma pesquisa com 120 pessoas, cada participante escolheu apenas uma franquia como preferida: “Alien” ou “Predador”. Sabe-se que 68 dos entrevistados eram homens, 74 pessoas escolheram “Alien” e 26 homens escolheram “Predador”.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número de mulheres que escolheram “Alien”.

- (A) 16
- (B) 20
- (C) 24
- (D) 28
- (E) 32

QUESTÃO 11



Em um borboletário, 4 borboletas distintas costumavam pousar sempre nas mesmas 4 flores, de modo que cada borboleta tem uma flor habitual diferente. Em um certo momento, as 4 borboletas pousaram novamente nessas flores, uma em cada flor, mas nenhuma delas pousou em sua flor habitual.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número de formas distintas como isso pode acontecer.

- (A) 9
- (B) 12
- (C) 16
- (D) 18
- (E) 24



RASCUNHO

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 12



Assinale a opção que apresenta o tipo de *malware* que se disfarça como software legítimo para enganar o usuário e permitir acesso indevido ao sistema.

- (A) *worm*
- (B) trojan
- (C) *firewall*
- (D) backup
- (E) antivírus

QUESTÃO 13



O componente responsável por armazenar permanentemente dados e programas, mesmo sem energia elétrica, denomina-se

- (A) RAM.
- (B) cache.
- (C) disco rígido.
- (D) registrador.
- (E) *buffer*.

QUESTÃO 14



Assinale a opção que apresenta a função de planilha que realiza busca vertical em uma tabela e retorna valor correspondente em outra coluna.

- (A) SOMA
- (B) PROCV
- (C) MÉDIA
- (D) SE
- (E) CONT.SE

QUESTÃO 15



A ferramenta do Windows utilizada para visualizar e encerrar processos em execução denomina-se

- (A) Painel de Controle.
- (B) Prompt de Comando.
- (C) Gerenciador de Tarefas.
- (D) Explorador de Arquivos.
- (E) Firewall.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 16



Durante a atividade fiscalizatória, um servidor de conselho profissional identificou uma possível irregularidade praticada por uma empresa fiscalizada. O responsável pela empresa alegou conhecer pessoalmente o servidor e solicitou tratamento diferenciado, afirmando que a situação poderia ser “resolvida informalmente”, sem a lavratura de auto de infração.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) e com os princípios constitucionais da Administração Pública.

- (A) A eficiência administrativa autoriza o servidor a substituir o procedimento formal por solução verbal, desde que o resultado prático alcançado seja idêntico ao que seria obtido pelo rito institucional.
- (B) O vínculo pessoal entre o servidor e o responsável pela empresa fiscalizada autoriza o tratamento diferenciado, desde que não envolva o recebimento de vantagem econômica pelo servidor.
- (C) O servidor deve atuar com impessoalidade e moralidade, adotando as providências institucionais cabíveis para a apuração da irregularidade identificada, sem qualquer favorecimento pessoal, sob pena de violação do Código de Ética e dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.
- (D) A moralidade administrativa somente será violada caso o servidor omita a irregularidade em troca de vantagem econômica, sendo lícita a solução informal quando for motivada exclusivamente por razões de celeridade.
- (E) O servidor poderá suspender as providências formais de atuação, caso o responsável pela empresa firme compromisso escrito de regularização, com prazo e condições objetivas de cumprimento, uma vez que o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil admite instrumentos consensuais como alternativa à atuação sancionatória, desde que o servidor utilize o conhecimento pessoal que possui do fiscalizado como critério para aferir a credibilidade e a seriedade do compromisso, em substituição à avaliação objetiva das condições estabelecidas.

QUESTÃO 17



Um agente público, no exercício de atividade fiscalizatória, deixou de adotar providência obrigatória prevista em norma administrativa, com o objetivo deliberado de beneficiar uma pessoa jurídica fiscalizada. Não havia comprovação de enriquecimento ilícito do agente nem de dano patrimonial ao erário, mas a conduta violava um dever funcional relevante e comprometia a probidade da atuação administrativa.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, no que se refere à Lei nº 8.429/1992 e às alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021.

- (A) A ausência de enriquecimento ilícito e de dano patrimonial ao erário impede, em qualquer hipótese, a configuração de ato de improbidade administrativa, ainda que a conduta seja dolosa e viole deveres funcionais relevantes.
- (B) A conduta descrita pode configurar ato de improbidade por violação a princípios da Administração Pública, desde que comprovados o dolo do agente, consubstanciado na vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado, e a lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, não sendo suficiente, para esse fim, a mera voluntariedade da conduta ou a ilegalidade formal desprovida de finalidade ímproba.
- (C) A mera ilegalidade formal, ainda que seja praticada sem dolo e sem finalidade ímproba, é suficiente para configurar ato de improbidade administrativa, independentemente do resultado produzido pela conduta do agente.
- (D) Para a configuração de improbidade por violação a princípios da Administração Pública, exige-se a comprovação de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, sendo insuficiente a mera demonstração de lesividade ao bem jurídico tutelado.
- (E) A responsabilização por ato de improbidade administrativa independe da demonstração de dolo, sendo suficiente a comprovação de culpa grave, erro grosseiro ou desídia relevante na conduta do agente público, pois o elemento subjetivo doloso somente é exigido nas hipóteses de enriquecimento ilícito ou de dano ao erário, não se aplicando aos atos que atentem contra os princípios da Administração Pública.

QUESTÃO 18

Em um processo administrativo instaurado no âmbito de autarquia federal, o interessado requereu vista dos autos e apresentação de documentos antes da decisão. A autoridade responsável recusou o pedido, sob o argumento de que o processo ainda não havia sido concluído e de que o administrado somente poderia manifestar-se após a decisão final.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a Lei nº 9.784/1999.

- (A) A autoridade agiu corretamente, pois o direito à vista dos autos e à manifestação prévia do interessado restringe-se aos processos administrativos de natureza sancionatória, não se aplicando aos procedimentos instaurados por iniciativa da Administração Pública.
- (B) O interessado tem direito à ciência da tramitação do processo, à vista dos autos e à formulação de alegações e à apresentação de documentos antes da decisão, direitos esses que não podem ser condicionados à conclusão do processo nem postergados para um momento posterior à decisão final.
- (C) O acesso do interessado aos autos pode ser validamente diferido para um momento posterior à instrução processual, quando a autoridade competente entender que a divulgação prematura comprometeria a eficiência e a regularidade do procedimento administrativo.
- (D) O acesso do interessado aos autos pode ser integralmente negado pela autoridade sempre que o processo contiver documentos de terceiros, hipótese em que o interessado deverá aguardar a decisão final, para que haja a ciência do conteúdo dos autos.
- (E) O direito à vista dos autos assegura ao interessado a leitura dos documentos na repartição e a obtenção de certidões, não abrangendo, contudo, a extração de cópias reprográficas dos documentos processuais, uma vez que a Lei nº 9.784/1999 restringe o acesso documental à consulta presencial e à expedição de certidões, não contemplando o direito à reprodução reprográfica dos autos.

QUESTÃO 19

Acerca das obrigações de transparência aplicáveis às entidades privadas sem fins lucrativos, conforme a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a opção correta.

- (A) As entidades privadas sem fins lucrativos não se submetem à Lei de Acesso à Informação, pois o diploma legal alcança exclusivamente os órgãos e as entidades integrantes da Administração Pública.
- (B) O dever de transparência das entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos é exigível exclusivamente pelo órgão público repassador dos recursos ou pelos órgãos de controle competentes, não conferindo a qualquer interessado direito subjetivo de acesso às informações sobre a parcela dos recursos públicos recebidos e a sua destinação.
- (C) As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos submetem-se integralmente ao mesmo regime jurídico de publicidade aplicável aos órgãos públicos, inclusive quanto às informações internas não relacionadas à aplicação dos recursos.
- (D) A obrigação de prestar informações sobre recursos públicos recebidos aplica-se apenas às entidades privadas sem fins lucrativos que mantenham contrato de gestão com a Administração Pública, não alcançando aquelas vinculadas por convênio, por parceria ou por instrumento congêneres.
- (E) As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público estão obrigadas a prestar informações referentes à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação.

QUESTÃO 20

No que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pela Administração Pública, às hipóteses que o autorizam, bem como acerca da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assinale a opção correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública somente será lícito mediante o consentimento específico de cada titular, não sendo admitida outra base legal para a atuação de pessoas jurídicas de direito público.
- (B) A Administração Pública pode tratar os dados pessoais para o cumprimento de suas competências legais, com fundamento no cumprimento de obrigação legal, na execução de políticas públicas ou nas demais hipóteses previstas na LGPD, independentemente do consentimento do titular.
- (C) A Administração Pública, por estar submetida ao princípio da legalidade, está dispensada de observar os princípios gerais previstos na LGPD, como os de finalidade, adequação e necessidade, quando o tratamento decorrer de competência legal expressa.
- (D) Os dados pessoais coletados pela Administração Pública para finalidade específica podem ser utilizados posteriormente para qualquer outra finalidade administrativa, ainda que incompatível com a finalidade originalmente informada ao titular, desde que o novo tratamento seja realizado por órgão ou entidade pública.
- (E) O cumprimento de obrigação legal ou regulatória não constitui uma hipótese autorizadora de tratamento de dados pessoais, devendo a Administração Pública, em qualquer caso, obter o consentimento expresso do titular antes de tratar os seus dados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21



O processo administrativo é composto de funções que se inter-relacionam para atingir os objetivos organizacionais. A partir dessa informação, assinale a opção correta, no que diz respeito à função administrativa que se refere à estruturação dos recursos, à alocação de tarefas e à definição da autoridade para que os planos organizacionais sejam executados.

- (A) planejamento
- (B) controle
- (C) direção
- (D) organização
- (E) coordenação

QUESTÃO 22



Os manuais administrativos são instrumentos essenciais para a padronização e para a comunicação nas organizações, apresentando diferentes tipos, conforme o seu propósito. Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta a correta denominação do tipo de manual administrativo cujo principal objetivo consiste em estabelecer o posicionamento da organização, definindo as suas normas gerais, as suas diretrizes, a sua visão, a sua missão e os seus valores, sendo de uso abrangente em toda a organização.

- (A) manual de procedimentos operacionais
- (B) manual de políticas e diretrizes
- (C) manual de instruções especializadas
- (D) manual de organização
- (E) manual técnico de setor

QUESTÃO 23



No contexto da gestão organizacional, os relatórios institucionais periódicos, tais como relatórios de gestão ou de sustentabilidade, desempenham um papel fundamental. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta a correta descrição da principal finalidade de um relatório institucional bem-estruturado.

- (A) apresentar o desempenho da organização, alinhando os resultados operacionais com as metas estratégicas e a transparência para com os *stakeholders*
- (B) registrar os eventos negativos para justificar a necessidade de aporte orçamentário
- (C) substituir as auditorias externas, garantindo a veracidade das demonstrações financeiras
- (D) divulgar as informações detalhadas acerca da participação no meio social dos colaboradores da alta gestão
- (E) servir como documento burocrático para cumprir exigências legais

QUESTÃO 24



No que se refere ao atributo da concisão na redação oficial, assinale a opção que apresenta a sua aplicação prática, segundo as normas vigentes.

- (A) A redação concisa deve evitar o uso de adjetivos e de advérbios, por serem considerados elementos puramente decorativos em comunicações formais.
- (B) O objetivo da concisão é reduzir o texto a seu tamanho mínimo, priorizando a economia de papel em detrimento da clareza da mensagem.
- (C) A concisão consiste em eliminar as palavras desnecessárias, desde que isso não resulte no sacrifício de conceitos fundamentais do texto.
- (D) Um texto é considerado conciso quando o autor consegue transmitir o máximo de informações utilizando o maior vocabulário técnico possível.
- (E) A concisão é um atributo secundário, o qual depende diretamente da vontade do emissor em detalhar, ou não, o objeto da comunicação.

QUESTÃO 25



Embora os termos sejam frequentemente usados como sinônimos, existem distinções fundamentais entre grupos e equipes no contexto organizacional. Desse modo, no que diz respeito à responsabilidade e aos resultados, é correto afirmar que as equipes de alto desempenho se caracterizam por

- (A) possuir uma liderança forte e centralizada que define todas as metas individuais.
- (B) focar primordialmente na eficiência das tarefas técnicas, deixando as relações interpessoais em segundo plano.
- (C) trabalhar com responsabilidades puramente individuais, em que cada membro responde por sua cota de trabalho.
- (D) gerar sinergia positiva, na qual o esforço coletivo resulta em desempenho superior à soma das contribuições individuais.
- (E) manter uma estrutura rija de comando para garantir que não ocorram desvios no planejamento original.

QUESTÃO 26



A inteligência emocional compreende as competências que influenciam o comportamento organizacional. A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta a habilidade de reconhecer e de entender os próprios sentimentos, as próprias motivações e as próprias reações, permitindo que o colaborador saiba como o seu humor afeta os outros no ambiente de trabalho.

- (A) empatia
- (B) autoconhecimento
- (C) autorregulação
- (D) gestão de relacionamentos
- (E) motivação intrínseca

QUESTÃO 27

No âmbito da Administração Pública, os atos administrativos possuem atributos que os distinguem dos atos de direito privado. Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta o atributo pelo qual o ato administrativo, assim que editado, é considerado fiel à lei e fundamentado em fatos verdadeiros até que se prove o contrário.

- (A) imperatividade
- (B) autoexecutoriedade
- (C) presunção de legitimidade e veracidade
- (D) tipicidade
- (E) exigibilidade

QUESTÃO 28

A execução do contrato administrativo deve ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contrato. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta corretamente a descrição dessa atribuição.

- (A) O fiscal do contrato pode ser auxiliado por terceiros, mas a responsabilidade técnica e administrativa pela fiscalização permanece integralmente com a contratada da fiscalização.
- (B) A gestão do contrato deve ser exercida de forma conjunta por todos os licitantes habilitados que participaram do certame, visando à transparência.
- (C) A autoridade máxima do órgão é a única pessoa legalmente apta a realizar a fiscalização direta de campo em todos os contratos de obras e serviços.
- (D) A fiscalização do contrato deve ser realizada por uma comissão composta de, no mínimo, cinco empregados estáveis, preferencialmente de áreas distintas da administração.
- (E) O fiscal do contrato deve anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e deve, também, determinar o que for necessário para a regularização das faltas observadas.

QUESTÃO 29

Uma organização pública decidiu implementar o sistema de gestão eletrônica de documentos (GED) para aprimorar o controle administrativo e a eficiência operacional.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente as características desse sistema de gestão eletrônica.

- (A) O GED substitui o arquivamento físico, permitindo a eliminação imediata de todos os documentos de valor permanente após a digitalização.
- (B) A captura é a etapa em que os documentos, digitalizados ou eletrônicos, são indexados, classificados e incorporados ao sistema para compor o acervo.
- (C) Os sistemas de GED focam no armazenamento de documentos, embora não ofereçam ferramentas de controle de fluxo de trabalho administrativo.
- (D) A gestão documental eletrônica é aplicável apenas aos documentos natos digitais, pois a digitalização de papel não possui valor legal.
- (E) A tabela de temporalidade documental torna-se desnecessária com o uso do GED, uma vez que o armazenamento digital é ilimitado e definitivo.

QUESTÃO 30

Uma organização pública está revisando os seus protocolos de segurança para arquivos digitais.

Com base nessa situação hipotética e de acordo com as boas práticas em segurança da informação e gestão documental, assinale a opção que apresenta corretamente a medida considerada eficaz para o controle de acesso e proteção de arquivos confidenciais.

- (A) permitir que todos os empregados visualizem os arquivos, limitando a edição apenas aos gestores
- (B) armazenar todos os documentos sigilosos na área de trabalho dos computadores para facilitar o acesso rápido
- (C) utilizar senhas compartilhadas entre os membros de um mesmo setor para agilizar o fluxo de aprovação
- (D) implementar o princípio do privilégio mínimo, configurando permissões com base no perfil do colaborador e na necessidade de função
- (E) manter o controle de acesso atualizado manualmente a cada semestre, visando reduzir o custo de ferramentas de software

QUESTÃO 31

Um corretor de imóveis, após um processo administrativo regular perante o Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), sofreu a sanção de suspensão do exercício profissional por 90 dias, devido a uma infração ética. Todavia, durante o período de suspensão, o referido profissional continuou a realizar intermediações imobiliárias e a assinar contratos de prestação de serviços.

Com base nessa situação hipotética e à luz do Código Penal Brasileiro, essa conduta caracteriza

- (A) exercício de atividade com infração de decisão administrativa.
- (B) exercício ilegal de profissão ou atividade, tipificado como contravenção penal.
- (C) estelionato, por induzir os clientes em erro quanto à sua situação cadastral.
- (D) falsidade ideológica, pela inserção de dados falsos em contratos imobiliários.
- (E) desobediência civil, por questionar a legitimidade do conselho profissional.

QUESTÃO 32

Com base na Lei nº 6.530/1978 e no Decreto nº 81.871/1978, é correto afirmar que

- (A) a percentagem de 30% sobre as anuidades e sobre os emolumentos arrecadados pelos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (CRECIs) constitui a receita do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI).
- (B) as receitas de cada CRECI advêm puramente das anuidades, dos emolumentos e das multas.
- (C) o corretor de imóveis é quem exerce a intermediação na compra, na venda e na locação de imóveis, bem como é quem opina quanto à comercialização, inclusive.
- (D) o COFECI e os CRECIs têm a competência de instituir o modelo das carteiras de identidade profissional e dos certificados de inscrição.
- (E) as pessoas jurídicas devem ter, ao menos, dois corretores de imóveis individualmente inscritos no CRECI da correspondente jurisdição.

QUESTÃO 33

No que diz respeito aos deveres, às responsabilidades e aos direitos do corretor de imóveis, assinale a opção que apresenta corretamente a conduta exigida pela Lei nº 10.406/2002.

- (A) O corretor deve aguardar a solicitação expressa do cliente para fornecer detalhes sobre os riscos do negócio.
- (B) A responsabilidade do corretor por perdas e danos limita-se aos casos de dolo.
- (C) O andamento das negociações deve ser mantido em sigilo pelo corretor, em relação ao contratante, até que o contrato de compra e venda seja assinado.
- (D) Caso o negócio se conclua com a intermediação de mais de um corretor, a remuneração deverá ser paga a todos em partes iguais, salvo ajuste em contrário.
- (E) A segurança e o risco do negócio são de inteira responsabilidade das partes, cabendo ao corretor apenas a aproximação para a efetivação do negócio.

QUESTÃO 34

Assinale a opção correta, com base nas Resoluções COFECI nº 146/1982 e nº 315/1991.

- (A) Para cada auto de infração, o agente de fiscalização atuante deve imputar ao autuado apenas uma infração e, assim, fazer a descrição circunstanciada dos fatos e dos elementos que a caracterizem.
- (B) Recusando-se o autuado a assinar o auto de infração, a coordenadoria de fiscalização do CRECI pode promover a remessa da segunda via do auto de infração ao autuado, por via postal, com aviso de recebimento.
- (C) Os instrumentos de contrato de intermediação imobiliária devem ser arquivados no escritório do corretor de imóveis contratado durante seis meses, que serão contados a partir do vencimento do prazo de vigência à disposição da fiscalização do respectivo CRECI.
- (D) Anunciar um imóvel loteado ou em condomínio sem mencionar o número de registro do loteamento ou da incorporação no registro de imóveis constitui uma infração de natureza leve.
- (E) As infrações de natureza grave ao Código de Ética Profissional dos Corretores de Imóveis praticadas por pessoa física são punidas com multa de uma a três anuidades, sem prejuízo das demais sanções penais previstas.

QUESTÃO 35

Considerando as Resoluções COFECI nº 325/1992 e nº 326/1992, assinale a opção correta.

- (A) O número de membros para a composição e para o funcionamento da comissão de atendimento ao consumidor no mercado imobiliário está a critério da diretoria de cada CRECI.
- (B) É permitido ao corretor de imóveis aceitar uma tarefa para a qual não esteja preparado, desde que informe ao cliente a sua inexperiência no momento da assinatura do contrato de prestação de serviços.
- (C) O corretor de imóveis tem a obrigação de responder civil e penalmente por seus atos profissionais, ficando isento de responsabilidade ética perante o CRECI, caso o prejuízo ao cliente seja de pequena monta.
- (D) Nas propostas de transação imobiliária que o corretor de imóveis encaminhar a seu cliente, a relação de confiança entre as partes exime o corretor da exigência de apresentar um contrato por escrito.
- (E) No caso de rescisão do contrato de corretagem, o corretor de imóveis poderá reter documentos ou objetos que lhe tenham sido confiados pelo cliente como forma de garantir o recebimento de honorários atrasados.

QUESTÃO 36

Em consonância com as normas de inscrição estabelecidas pela Resolução COFECI nº 327/1992, o exercício eventual da atividade de intermediação imobiliária em região distinta daquela em que o profissional possui inscrição principal

- (A) poderá ser exercida tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, desde que a permanência na região limítrofe não ultrapasse o prazo de 120 dias.
- (B) pressupõe a continuidade das atividades por tempo indeterminado, convertendo-se automaticamente em inscrição secundária após o quarto mês de exercício na nova região.
- (C) exime o corretor de imóveis da necessidade de apresentar a certidão de regularidade emitida pelo CRECI de sua inscrição principal no ato do pedido de autorização.
- (D) autoriza o profissional a solicitar um novo período de exercício eventual para a mesma região imediatamente após o encerramento do prazo da autorização anterior.
- (E) depende do requerimento prévio ao CRECI da região de destino, do pagamento de anuidade proporcional a 120 dias e da expedição de autorização específica.

QUESTÃO 37

À luz da Resolução COFECI nº 458/1995, ao anunciar publicamente um imóvel para venda, o corretor de imóveis, na condição de pessoa física, tem o dever de

- (A) mencionar o nome completo da imobiliária à qual está vinculado, independentemente de sua inscrição individual.
- (B) apresentar o número do cadastro de pessoa física para a conferência imediata pelos órgãos de fiscalização fazendária.
- (C) utilizar a abreviatura de seu título profissional acompanhada do número do documento de identidade para fins de identificação civil.
- (D) indicar o número de sua inscrição no Conselho Regional correspondente, precedido da sigla CRECI, em todo material publicitário.
- (E) exibir a data de validade de sua carteira de identidade profissional em letras de tamanho proporcional ao anúncio.

QUESTÃO 38

De acordo com a Resolução COFECI nº 1.126/2009, assinale a opção correta, acerca da composição do plenário do COFECI.

- (A) Composto de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes, eleitos entre os profissionais inscritos nos CRECIs.
- (B) Constituído por dois representantes efetivos de cada CRECI e por seus respectivos suplentes, eleitos dentre seus próprios conselheiros federais.
- (C) Formado pelo presidente de cada CRECI e por um diretor tesoureiro, visando à integração administrativa nacional.
- (D) Integrado por profissionais de notório saber jurídico e contábil, nomeados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para um mandato de três anos.
- (E) Composto da totalidade dos presidentes e dos secretários dos CRECIs de todas as unidades da Federação.

QUESTÃO 39

À luz da Resolução COFECI nº 1.452/2021, assinale a opção que apresenta corretamente a conduta vedada aos empregados dos CRECIs, sob pena de rescisão justificada do contrato de trabalho.

- (A) participar de cursos de especialização promovidos por instituições públicas de ensino voltadas ao setor imobiliário
- (B) manter a inscrição de corretor de imóveis ativa em qualquer unidade federativa, mesmo que formalmente suspensa junto ao CRECI
- (C) exercer atividade característica da profissão de corretor de imóveis enquanto mantiver o vínculo empregatício com o CRECI
- (D) atuar como palestrante convidado em eventos acadêmicos que discutam a legislação profissional do sistema COFECI/CRECI
- (E) lecionar aulas de inglês em escola particular no período noturno

QUESTÃO 40

A Resolução COFECI nº 1.484/2022 estabelece requisitos para a isenção de anuidades de corretores de imóveis por idade e por tempo de contribuição. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta corretamente um desses requisitos.

- (A) ter completado, no mínimo, 65 anos de idade até o final do exercício em curso
- (B) possuir contribuição anual efetiva de, no mínimo, 15 anos ao sistema COFECI-CRECI
- (C) requerer a isenção no prazo de 30 dias após completar a idade mínima
- (D) comprovar que não existem anuidades pendentes de pagamento no CRECI
- (E) ter completado 70 anos de idade e ter 20 anos de contribuição, somados ou não a mais de um CRECI

**RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Bahia (CRECI-BA), em ação integrada com o sistema COFECI-CRECI e outros órgãos, realizou uma grande operação de fiscalização entre os dias 12 e 18 de abril de 2026, abrangendo importantes municípios do sul do estado. A iniciativa teve como foco principal o combate ao exercício ilegal da profissão e à comercialização de empreendimentos irregulares – práticas que seguem sendo identificadas com frequência, apesar das constantes ações educativas e repressivas do Conselho.

Internet: <creciba.gov.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A atividade fiscalizatória sob a égide da legalidade e da ética profissional

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) distinção conceitual entre os princípios da legalidade e da moralidade aplicados à Administração Pública brasileira;
- b) explanação da condição para a divulgação publicitária do nome, da razão social ou do nome de fantasia da pessoa jurídica regularmente inscrita no CRECI, consoante especificamente a Resolução COFECI nº 1.065/2007; e
- c) indicação de, ao menos, três situações de condutas vedadas ao corretor de imóveis, segundo o Código de Ética Profissional dos Corretores de Imóveis.